

INSTITUTO DDE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – IPADES

DESTAQUES IPADES

Outubro 2015

PROGRAMA ABC CRESCEU NA SAFRA 2014/15

O programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), financiamento para modernizar a agricultura brasileira dando-lhe sustentabilidade, aumentando a produtividade, e diminuindo a emissão de gases de efeito estufa (GEE), registrou aumento no financiamento na safra 2014/15. Isto se deveu ao esforço de articulação realizado pelas organizações técnicas do agronegócio na elaboração dos projetos para a tomada de crédito junto aos agentes financeiros do Programa.

Esse esforço possibilitou que os agricultores brasileiros utilizassem R\$ 3,6 bilhões do Programa nessa safra, 36% a mais do que na safra anterior, segundo a Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDC/MAPA).

Foram mais de oito mil contratos, tendo a região Sudeste ficado com a maioria, seguida pelo Centro-Oeste, pelo Sul, pelo Nordeste e pelo Norte, nesta ordem. Quando o critério é área, o Centro-Oeste lidera o ranking, seguindo-se o Sul, Sudeste, Nordeste e Norte.

O valor financiado nesta safra representa quase metade dos R\$ 7,3 bilhões firmados por meio do Programa ABC desde julho de 2010, quando este Programa foi lançado pelo governo federal. Deste montante, 41% dos recursos foram para recuperação de pastagens degradadas (RPD), 7% para integração lavoura-pecuária-floresta (iLPF), 22% para o sistema de plantio direto (SPD) e 14% para florestas plantadas (FP).

Destaque-se que a Amazônia Legal dispõe atualmente de um rebanho bovino da ordem de 59 milhões de cabeças, aproximadamente 30% do rebanho nacional, e que este rebanho está em sua grande maioria sendo criado em sistema extensivo, o qual leva a degradação da pastagem. Por outro lado, é significativa a área – hectares – de pasto já degradado ou em fase adiantada de degradação.

Nessa condição, é preocupante o último lugar ocupado pela região Norte, tanto no número de contratos, como de área antropizada a ser beneficiada pela linha de financiamento do Programa ABC, visto que é de fundamental importância não apenas a recuperação dessas áreas, como o aumento de sua produtividade e concomitantemente frear a corrida sobre a floresta em busca de novas áreas para produção.

O DIFÍCIL, MAS IMPORTANTE EQUILÍBRIO ENTRE DEMANDA SOCIAL E RIGOR FISCAL

No Brasil, país ainda de grandes desníveis sociais, é importante que políticas de inclusão, sem serem populistas e com reforço ideológico, sejam implementadas e com prazo de validade monitorado à medida que essa demanda diminua pela incorporação dessa faixa de população na cidadania e na economia de mercado. Todavia, essa necessidade não pode esquecer o rigor fiscal, sob pena de o país retroceder no seu desenvolvimento, o que está ocorrendo atualmente.

Por conta disso, parece clara a necessidade da construção de um equilíbrio sociopolítico em que se contemplem não só as demandas sociais, mas também o compromisso com a manutenção da ordem econômica. Afinal, a desarrumação do sistema de preços, do câmbio, das contas externas, isto é, das principais variáveis macroeconômicas, acaba – como a história tem ensinado – por penalizar a sociedade duramente. Há que se buscar, portanto, um modelo que concilie o crescimento de direitos e benefícios sociais com um setor público fiscalmente responsável.

Ao longo dos últimos anos, vem sendo observada no Brasil a expansão do gasto público acima da capacidade da economia de sustentá-lo. O descompasso entre crescimento da despesa e do PIB levou, do início dos anos 90 até recentemente, a uma expansão acelerada da carga tributária, que pode ter sido uma das causas do módico ritmo médio de crescimento pós Plano Real.

A virulência da atual crise, porém, sinaliza que o próprio ordenamento macroeconômico tão duramente conquistado está agora em xeque diante do limite a que chegou o processo de aumento da carga tributária. Dessa forma, já não se consegue viabilizar o contínuo crescimento do gasto público acima do produto sem colocar em risco os enormes ganhos sociais desde o início da década passada, ameaçados com a dupla erosão dos salários reais pela recessão e pela inflação.

Por isso, para que o país não volte ladeira a baixo, é imprescindível o aperfeiçoamento das instituições fiscais, centrado na transparência e em despertar a atenção pública, o que vai desde a supervisão independente das projeções de receitas até, em última instância, um orçamento impositivo claro e tão simplificado quanto possível, cuja elaboração e aprovação constituam um processo central da vida democrática brasileira.

E mais que isso, a penalização firme e eficaz dos agentes públicos que descumprirem ou tergiversarem sobre tema tão importante. Cite como exemplo, o descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, ocorrido com as “pedaladas fiscais”.

ANIMAIS COMO SUPORTE À BIOTECNOLOGIA PARA TRATAMENTO DE DOENÇAS HUMANAS

No Brasil, o experimento pioneiro na área de animais transgênicos também aconteceu em Fortaleza, na Universidade Estadual do Ceará (Uece). Desse experimento já nasceram sete cabras transgênicas desde 2008, em projeto coordenado por Vicente José Freitas, professor da Faculdade de Veterinária da Uece.

Os animais têm o gene modificado do fator estimulante de colônia de granulócitos humanos (hG-CSF), importante para reforçar o sistema imunológico em pacientes que passaram por quimioterapia estão vulneráveis a infecções oportunistas, como aqueles com Aids.

Também a Universidade de Fortaleza (Unifor) realiza experimento nessa linha, para que cabras transgênicas tenham no leite a glucocerebrosidase, que, depois de extraída e purificada, poderá ser transformada em um biofármaco para produzir os glucocerebrosídeos – tipo de gordura celular. Quem não a produz tem comprometimento de órgãos como fígado, baço e nos sistema nervoso central, além de dor nos ossos. Tais sintomas fazem parte da caracterização clínica da doença de Gaucher, uma enfermidade genética rara.

Atualmente existem medicamentos com o mesmo efeito, produzidos no exterior, que oferecem proteínas análogas sintetizadas por bactérias recombinantes ou ovários de hamster chinês. Já as proteínas presentes nas cabras transgênicas da Uece e da Unifor são iguais às existentes no ser humano, portanto possivelmente mais fáceis de adaptarem ao organismo.

A pesquisa da Unifor tem parceria com a empresa Quatro G que está sediada no Parque Tecnológico da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Quanto aos experimentos da Uece contam com a parceria da UFRJ e do Instituto de Genética Molecular de Moscou e do Instituto de Citologia e Genética de Novosibirski.

O passo seguinte é encontrar parceiros empresariais que viabilizem a purificação a produção, em escala industrial, dos resultados já alcançados, isto porque, como existem vários medicamentos produzidos por bactérias ou ovários de hamster, embora não sejam de proteínas 100% humanas, as indústrias farmacêuticas não querem mudar o sistema de produção.

DEFENSIVOS BIOLÓGICOS NO BRASIL

Estudo realizado junto às associadas da Associação Brasileira das Empresas de Controle Biológico (ABCBIO) aponta o cenário atual como promissor para as indústrias produtoras e comerciantes de defensivos biológicos no Brasil. É o que aponta pesquisa realizada no setor.

A agricultura tropical brasileira convive com muitas ameaças fitossanitárias, dentre as quais se destacam a *Helicoverpa* e o percevejo nas lavouras de soja, o *Sphenophorus*, a broca e a cigarrinha nas de cana-de-açúcar, a broca-do-café nas de café e a *Spodoptera* nas de milho.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) priorizam cada vez mais o incentivo do uso e do registro de produtos biológicos no Brasil, por quatro razões básicas: i) especificidade para o alvo biológico; ii) não atuação sobre inimigos naturais da praga; iii) degradação natural após sua utilização; iv) baixo impacto à saúde e ao meio ambiente.

O Sistema de Agrotóxicos Fitossanitários (AGROFIT), do MAPA, aponta, em 2015, 61 produtos registrados de diversas empresas, sendo 48 inseticidas biológicos, sete fungicidas microbiológicos, cinco agentes biológicos de controle e um nematicida. Entre esses produtos, 29 também possuem registro para uso na agricultura orgânica.

A constante busca por soluções contra as ameaças fitossanitárias estimula a investirem cada vez mais no controle biológico. Desde 2000 foram identificados pelo menos 41 insetos, ácaros, fungos, vírus e fitoplasmas prejudiciais à produção agrícola

– uma média de três novas pragas por ano, conforme dados da Agroec Consultoria. Mesmo com o recente crescimento, o mercado de biológicos ainda representa menos de 2% do volume dos produtos fitossanitários aplicados no país. Essa situação mudará sobremaneira nos próximos anos.

No emprego de defensivos biológicos em cultivos extensos há de se tomar alguns cuidados prévios no Brasil. Isto devido a enorme extensão territorial, a logística oferecida que carece de bons modais de transporte. Por sua vez, como a prática de grande monocultura é comum no país, cabe uma análise tecnológica profunda antes da aplicação desses produtos.

Isto porque, classificados de acordo com os graus de toxicidade e periculosidade ambiental, eles apresentam mecanismos de ação próprios e podem ser oriundos de extratos vegetais, microrganismos (fungos, bactérias, vírus) ou macrorganismos (insetos). Atualmente, dentre os produtos tecnológicos disponíveis, se destacam: i) *Bacillus thuringiensis*, bactéria há vários anos utilizada de forma eficiente no controle de lagartas; ii) Microvespas parasitas de lagartas, ovos e pupas, como por exemplo, a espécie *Cotesia flavipes*, bastante disseminada na lavoura de cana-de-açúcar.

No horizonte de dez anos, no desenvolvimento e no lançamento, são gastos US\$ 250 milhões para uma nova molécula química e US\$ 120 milhões para um produto geneticamente modificado. Para um biodefensivo, o valor despendido varia de US\$ 2 milhões a US\$ 10 milhões, em tempo menor.

Este custo mais baixo é de fato uma vantagem atual, e será maior, pois terá uma modificação significativa a médio e longo prazo, com o crescimento e a profissionalização desse mercado.